

A Saúde na Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo (1911-1931)

The health on law sanitary collection in Sao Paulo State (1911 –1931)

Ana Maria da Cunha¹

A relação abaixo é a continuidade da apresentada no número anterior do CHC referente ao levantamento da Legislação em Saúde (Leis, Decretos, Decretos-Leis, Circulares e Resoluções), do período compreendido desde a Proclamação da República até os dias atuais, nos volumes da Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

Tem como objetivo organizar, para consulta pública, um banco de dados com o foco nas questões da saúde, fonte fundamental para subsidiar estudos e ações de gestores e pesquisadores. Nesse sentido, esta listagem contempla também alguns dispositivos legais, como as peças orçamentárias, que merecem destaque pela sua importância para o entendimento da condução e na evolução da organização do Sistema de Saúde no Estado de São Paulo. A relação apresentada nesta sequência refere-se ao período compreendido entre janeiro de 1911 (data em que foi reorganizada a Secretaria do Interior) até dezembro de 1931, ano em que foi criada a Secretaria de Educação e Saúde Pública.

Palavras-chave: Legislação Sanitária, Saúde Pública, Documentação e Arquivos.

Keywords: Sanitary Legislation, Public Health, Documentation and Archives.

¹ Socióloga, exercendo suas funções no Centro de Memória da Saúde Pública, Museu da Saúde Pública Emílio Ribas da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.

Dispositivo Legal	Ementa
Em 08/07/1911	Promulga a Constituição Política do Estado de São Paulo.
Lei 1.252 de 14/09/1911	Cria lugares de médicos e enfermeiras para o serviço de assistência policial, e define-lhes as atribuições.
Lei 1.261-A de 10/10/1911	Autoriza o governo a abrir diversos créditos, em aditamentos às obras consignadas no artigo 6º, parágrafo 6º da Lei do orçamento vigente. Entre os recursos trezentos contos de reis (300:000\$00) para aumento do Hospital da Força Pública.
Lei 1.262 de 13/10/1911	Autoriza o Poder Executivo a fazer doação, ao Hospital de Misericórdia de Agudos do próprio estadual situado naquela cidade e que outrora serviu de cadeia.
Lei 1.265 de 28/10/1911	Revoga algumas disposições da lei 1134, de 7 de outubro de 1908, que regula o exercício das profissões de Farmacêutico, Dentista e Parteira.
Lei 1.269, de 16/11/1911	Autoriza o governo a concorrer com a quantia de 100:000\$000 para auxílio às vítimas das inundações e temporais nos Estados de Paraná e Santa Catarina.
Lei 1.272 de 23/11/1911	Dispõe sobre oficiais da Força Pública que forem considerados inválidos.
Lei 1.280 de 19/12/1911	Reorganiza o serviço sanitário da Força Pública do Estado.
Lei 1.283 de 20/12/1911	Autoriza o governo do Estado a abrir dois créditos sendo um especial e extraordinário de 600.000\$000 para a construção de novas instalações no Hospício do Juquery, reservados ao abrigo de alienados – criminosos e para enfermaria especial de dementes afetados por moléstia intercorrentes e outro suplementar de 250:000\$000.
Lei 1.302-A de 29/12/1911	Autoriza o Governo a despender até a quantia de 1.200:000\$000, para a construção de um edifício destinado à Diretoria do Serviço Sanitário.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Lei 1.303 de 30/12/1911	Fixa a despesa e orça a receita do Estado, para o ano financeiro de primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1912.
Lei 1.306 de 30/12/1911	Concede direito de desapropriação à Câmara Municipal de Jaú, para obter terrenos necessários ao serviço de abastecimento de água.
Lei 1.310 de 30/12/1911	Aprova o decreto 2.141, de 14 de Novembro de 1911, expedido pelo Poder Executivo do Estado, reorganizando o Serviço Sanitário e o Regulamento que acompanha, com modificações.
Lei 1.310-A de 30/12/1911	Aprova a reorganização da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Lei 1.310-K de 30/12/1910	Dispõe sobre a concessão de licença aos funcionários ou empregados públicos do Estado.
Decreto 1.989 de 26/01/1911	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos necessários à proteção das águas do ribeirão “Barrocadas” e à construção das obras a executar para a adução das mesmas águas destinadas ao abastecimento público.
Decreto 2.001 de 07/02/1911	Declara de utilidade pública, para desapropriação, as terras que compreendem a bacia do rio Cotia, necessários à execução das obras de abastecimento público.
Decreto 2.002 de 07/02/1911	Declara de utilidade pública para a desapropriação, as terras da contracorrente da Serra da Cantareira, a partir da linha divisora das águas até encontrar a cota 840 m necessários às obras de abastecimento da Capital.
Decreto 2.033 de 18/09/1911	Abre um crédito de 1.000:000,000 suplementar à verba do parágrafo 9º, artigo 6º do orçamento vigente, para as obras de abastecimento da água e de abastecimento de água e saneamento da Capital.
Decreto 2.034 de 18/04/1911	Cria o Serviço Florestal e dá outras providências.

Decreto 2.039 de 24/04/1911	Abre, no Tesouro do Estado, um crédito suplementar de 879:361\$959, para liquidação da despesa da Secretaria do Interior no exercício de 1910 entre elas para o Hospital de Alienados.
Decreto 2.043 de 26/04/1911	Abre, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas os créditos de 800:000\$000, 600:000\$000 e 1.000:000\$000 para o saneamento de Santos, imigração e colonização.
Decreto 2.071 de 05/07/1911	Cria o Departamento Estadual do Trabalho e reorganiza os serviços da Hospedaria do Imigrante e da Agencia Oficial de Colonização e Trabalho do Estado de São Paulo.
Decreto 2.082 de 20/07/1911	Reorganizava a Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo.
Decreto 2.118 de 27/09/1911	Abre o crédito de 1.000:000\$000, suplementar à verba do parágrafo 7º, artigo 6º orçamento vigente, para as despesas ao saneamento de Santos.
Decreto 2.141 de 14/11/1911	Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado.
Decreto 2.165 de 24/11/1911	Abre no Tesouro do Estado um crédito de 100:000\$000, para auxílio às vítimas das inundações e temporais nos Estados do Paraná e Santa Catarina.
Decreto 2.176 de 02/12/1911	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas os créditos de 50:000\$000 e 35:000\$000 suplementares as verbas do parágrafo 4º, do artigo 6º, do orçamento de 1911.
Decreto 2.177 de 02/12/1911	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas os créditos de 500.000\$000, 200.000\$000 e 1.000.000\$000, suplementares às verbas se “Imigração”, “Colonização” e “Repartição de Águas e Esgotos”.
Decreto 2.186 de 22/12/1911	Abre créditos especiais para a construção de um necrotério; um pavimento no quartel da Luz, uma ala no quartel do Corpo de Cavalaria, aumento do Hospital da Força Pública e um quartel para o Corpo de Bombeiros.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Lei 1.327 de 31/10/1912	Concede autorização à Câmara Municipal de Araçariguama para aplicar em serviços de higiene, no município, a verba de auxílio que lhe foi consignada no parágrafo 8º da Lei 1.303 de 1911.
Lei 1.357 de 19/12/1912	Estabelece o curso da Escola de Medicina e Cirurgia de S. Paulo, criado pela lei n.19 de 12 de novembro de 1891 e dá outras providências.
Lei 1.366 de 28/12/1912	Fixando a despesa e orçando a receita para o ano financeiro de 1913.
Lei 1.376 de 31/12/1912	Dispõe o serviço de instalação domiciliar de esgotos nas cidades de Santos e de São Vicente.
Decreto 2.196 de 08/01/1912	Abre, no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito especial extraordinário de 6000:000\$000, para pagamento de despesas efetuadas, à construção de novas instalações no Hospício de Juquery, reservadas ao abrigo de alienados criminosos e para a enfermaria especial de dementes afetados por moléstias intercorrentes.
Decreto 2.198 de 18/01/1912	Dá regulamento ao Serviço Sanitário da Força Pública.
Decreto 2.202 de 26/01/1912	Aprova o novo regulamento da Escola de Farmácia e de Odontologia de São Paulo.
Decreto 2.212 de 15/03/1912	Abre créditos suplementares às verbas da “Imigração”, “Colonização”, “Saneamento de Santos” e “Repartição de Água e Esgoto” do Orçamento de 1911.
Decreto 2.215 de 15/03/1912	Dá regulamento para o serviço da Assistência Policial.
Decreto 2.218 de 23/03/1912	Declara de utilidade pública o prédio e terrenos pertencentes a diversos situados entre o prédio nº 56 da Travessa do Mercado e o muro da Secretaria Pública necessários à Construção de necrotério da Repartição Central da Polícia.

Decreto 2.223-A de 10/04/1912	Abre diversos créditos à Secretaria da Fazenda para liquidação do exercício de 1911. Entre eles para empréstimo à Santa Casa de Misericórdia da Capital, autorizado pelo artigo 23 da lei 1.245, de 30 de dezembro de 1910.
Decreto 2.224 de 12/04/1912	Transfere para o exercício de 1912 os saldos de diversos créditos especiais, abertos para a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas entre eles para a construção do “Hospital de Isolamento de Santos”, aberto por decreto 2.103, de 4 de setembro de 1911.
Decreto 2.229 de 17/04/1912	Transfere para o exercício de 1912 o saldo do crédito especial aberto pelo decreto 2.196, de 08/01/1912 para novas edificações no Hospício de Juquery.
Decreto 2.232 de 14/04/1912	Abre no Tesouro do Estado um crédito no valor de 697:406\$430 para saldar os déficits verificados nos parágrafos 2º, 3º, 1º e do artigo 2º da lei 1.245 de 30/12/1910.
Decreto 2.235 de 29/04/1912	Abre à Secretaria da Justiça e da Segurança Pública um crédito suplementar da quantia 31:788\$000 para ocorrer as despesas acrescidas com a reorganização do Serviço Sanitário da Força Pública.
Decreto 2.236 de 25/05/1912	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito de 1.000:000\$000 suplementar à verba do parágrafo 9º, artigo 6º do Orçamento de 1912 para as despesas com obras de saneamento de Santos.
Decreto 2.244 de 06/06/1912	Declara de utilidade pública, para desapropriação, o terreno necessário à instalação do filtro Barrocada para abastecimento de água da Capital.
Decreto 2.250 de 04/07/1912	Transfere para o corrente exercício os saldos dos seguintes créditos: para a construção do novo quartel de Bombeiros, construção do novo Necrotério, obras no Quartel da Luz, obras no Quartel da Cavalaria e aumento do Hospital da Força Pública.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 2.296 de 24/10/1912	Abre a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas mais um crédito de 1.000:000\$000, suplementar à verba do § 9º e artigo 6º do orçamento vigente, para as despesas com o serviço de Saneamento de Santos.
Decreto 2.299 de 31/10/1912	Revoga o decreto n.2.002, de 7 de Fevereiro de 1911 que declaram de utilidade pública para desapropriação, as terras contracorrente da Serra da Cantareira, a partir da linha divisória das águas até encontrar a cota de 840 metros, necessários às obras de abastecimento de água da Capital.
Lei 1.390 de 04/12/1913	Autoriza o governo a abrir um crédito suplementar de 700:000\$000 à rubrica “Socorros Públicos” do Orçamento vigente.
Lei 1.411 de 30/12/1913	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o ano financeiro 1914.
Decreto 2.342 de 27/01/1913	Aprova o regulamento para o serviço de instalação domiciliar de esgotos na cidade de Santos.
Decreto 2.343 de 31/01/1913	Dá regulamento para a execução do artigo 8º da lei n.1.343, de 17 de Dezembro de 1912.
Decreto 2.344 de 31/01/1913	Aprova o regulamento da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.
Decreto 2.348 de 11/02/1913	Abre, no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito extraordinário de 500:000\$000, para ocorrer as despesas com a instalação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.
Decreto 2.353 de 18/02/1913	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado pelo Estado, terreno necessário à construção de usina elevatória do Bom Retiro e Barra Funda.
Decreto 2.360 de 26/03/1913	Transfere para o exercício de 1913 os saldos de diversos créditos especiais, abertos para a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, entre eles para a construção do novo necrotério, construção do Quartel de Bombeiros, obras do Quartel da Luz, obras do Quartel de Cavalaria, aumento do Hospital da Força Pública.

Decreto 2.365 de 14/04/1913	Transfere para o exercício de 1913 os saldos dos seguintes créditos especiais: para a construção de novas instalações do Hospício de Juquery, transferindo para o exercício de 1912 pelo decreto 2.229 de 17 de Abril do mesmo ano.
Decreto 2.366 de 14/04/1913	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito de 1.000:000\$000, suplementar à verba do § 11, art. 6º, do orçamento vigente.
Decreto 2.376 de 22/05/1913	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, diversos créditos suplementares a verbas do artigo 6º, do orçamento de 1912, entre outras para cobrir o déficit e liquidar as despesas com serviço da Comissão de Saneamento de Santos em 1912.
Decreto 2.382 de 29/05/1913	Declara de utilidade pública para ser desapropriado pelo Estado, terreno necessário à construção do reservatório de Água Branca.
Decreto 2.400 de 09/07/1913	Manda observar a consolidação das leis, decretos e decisões sobre a imigração, colonização e patronato agrícola.
Decreto 2.406 de 20/07/1913	Declara sem efeito o decreto n. 2382, de 29 de maio último, que declarou de utilidade pública, para ser desapropriado pelo Estado, terreno necessário à construção do reservatório de Água Branca.
Decreto 2.407 de 29/06/1913	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado pelo Estado, terreno necessário à construção do reservatório de Água Branca.
Decreto 2.416-A de 27/08/1913	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado pelo Estado, terreno necessário ao desenvolvimento do abastecimento de água da Capital.
Decreto 2.429 de 14/10/1913	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o crédito de 300:000\$000, suplementar à verba da 3ª parte do parágrafo 13, artigo 6º do orçamento vigente, para continuação das obras de abastecimento de água e saneamento da Capital.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 2.436 de 22/10/1913	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado pelo Estado, terreno necessário ao desenvolvimento do abastecimento de água da Capital.
Decreto 2.438 de 05/11/1913	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas os seguintes créditos suplementares 100:000\$000, 1.480:000\$000, 480:000\$000, 1.400:000\$000, 1.070:000\$000 e 1.680:000\$000. Sendo esse último valor para obras de saneamento, abastecimento de água e serviço de esgoto da Capital.
Decreto 2.457 de 29/12/1913	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito suplementar de 700:000\$000, a verba Socorros Públicos do Orçamento vigente.
Lei 1.425 de 30/10/1914	Regulando o processo de verificação de incapacidade física e mental dos magistrados.
Lei 1.455 de 29/12/1914	Reorganiza diversos serviços da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Lei 1.463 de 30/12/1914	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o ano financeiro de 1915.
Decreto 2.479 de 02/04/1914	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado pelo Estado, o terreno necessário à construção do reservatório de água de Vila Mariana.
Decreto 2.484 de 20/04/1914	Transfere para o exercício de 1914 o saldo do crédito especial aberto à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior para ocorrer as despesas com a instalação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.
Decreto 2.494 de 03/06/1914	Transfere para o exercício de 1914 os saldos dos créditos especiais destinados a novas instalações do Hospício de Alienados, transferido para o exercício de 1913 pelo decreto 2.365, de 14 de Abril do mesmo ano.

Decreto 2.496 de 03/06/1914	Abre no Tesouro do Estado um crédito suplementar de 485:171\$270 para liquidação da despesa da Secretaria do Interior no exercício de 1913 entre outras com o Hospício de Alienados na importância de 72:951\$817.
Decreto 2.505 de 11/06/1914	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos situados no município de Cotia, e necessários ao desenvolvimento do abastecimento de água da Capital.
Decreto 2.507 de 11/06/1914	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, diversos créditos suplementares a verbas do artigo 6º, do orçamento de 1913.
Decreto 2.532 de 14/09/1914	Dissolve a Comissão Provisória contra o Tracoma e outras moléstias dos olhos, criada pelo artigo 550 do decreto 2.141, de 14 de novembro de 1911.
Decreto 2.537 de 14/10/1914	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito de 915:000\$000, suplementar à obra do parágrafo 11 art.6º do orçamento vigente, para as despesas do Saneamento de Santos.
Lei 1.464 de 07/08/1915	Autoriza o auxílio de cem contos de réis (100:000\$000) às vítimas da seca nos Estados do Norte do País.
Lei 1.472 de 30/10/1915	Concede vantagens à Escola de Farmácia e Odontologia de Pindamonhangaba e aos alunos por ela diplomados.
Lei 1.485 de 15/12/1915	Estabelece diversas providências de caráter financeiro.
Lei 1.486 de 15/12/1915	Autoriza a encampação da Estrada de Ferro de Pindamonhangaba aos Campos de Jordão.
Lei 1.492 de 29/12/1915	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o ano financeiro de 1916.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 2.546 de 22/01/1915	Dá Regulamento para a execução do disposto nos artigos 9, 10 e 11 da Lei n. 1.455, de 29/12/1914, que dispõe sobre a reorganização de diversos serviços da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Decreto 2.576 de 01/06/1915	Abre no Tesouro do Estado um crédito suplementar de 1.488:518\$959, para liquidação da despesa da Secretaria do Interior no exercício de 1914 entre outros para o Hospício de Alienados a importância de 299:872\$851.
Decreto 2.577 de 10/06/1915	Declara reservada para ser gratuitamente concedida a São Paulo Railway Company Limited a área de 4.597.084 m ² de terrenos devolutos já discriminados no Alto da Serra, município de São Bernardo, comarca da Capital destinados ao leito da estrada de ferro, estações, armazéns e captação e abastecimento de água à Vila Operária do Alto da Serra.
Decreto 2.580 de 10/06/1915	Abre à Secretaria da Agricultura, comércio e Obras Públicas um crédito suplementar na importância de 4.407:938\$539 para liquidação de despesas ao exercício de 1914 sendo 520:186\$279 para o “Saneamento de Santos” e 3.740:956\$268 para a Repartição de Água e Esgotos.
Decreto 2.588 de 29/07/1915	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado pelo Estado, terreno necessário à construção do filtro e caixa de decantação do Município Cotia.
Decreto 2.589 de 31/07/1915	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito de 3.000:000\$000 suplementar à verba do §13, artigo 6º do Orçamento de 1915, sendo 1.000:000\$000, para a 2ª parte e 2.000:000\$0000 para a 3ª.
Decreto 2.591 de 09/08/1915	Abre no Tesouro do Estado um crédito especial de 100:000\$000, para auxiliar as vítimas da seca nos Estados do Norte do país.

Decreto 2.592 de 12/08/1915	Dá Regulamento à Cadeia Pública da Capital de São Paulo, sendo previsto a assistência a enfermagem aos presos enfermos.
Decreto 2.600 de 23/09/1915	Declara de utilidade pública para serem desapropriados, na forma da lei, terrenos e água. Necessários à execução do projeto de novo abastecimento da caixa d'água da Chave do Núcleo, da Estrada de Ferro Funilense.
Decreto 2.601 de 23/09/1915	Aprova as plantas dos terrenos a que se refere o decreto n.875, de 12/02/19101, e situados entorno dos mananciais do rio Pilões, em Santos.
Decreto 2.606 de 21/10/1915	Revoga o Decreto n.2.505, de 11/06/1914, que declarou de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos situados no município de Cotia e que eram necessários ao desenvolvimento do abastecimento de água da Capital.
Lei 1.502 de 30/09/1916	Autoriza o Governo a encampar o serviço de iluminação elétrica do Hospício de Alienados do Juquery.
Lei 1.504 de 17/10/1916	Autoriza o Governo a mandar construir nesta Capital um edifício para a Faculdade de Medicina e Cirurgia e dá outras providências.
Lei 1.507 de 24/10/1916	Prorroga o prazo para as instalações domiciliares de esgotos em Santos e São Vicente.
Lei 1.511 de 24/11/1916	Autoriza o Governo a adquirir a canalização feita para ligar o serviço de água de Santos à rede de distribuição de São Vicente.
Lei 1.521 de 26/12/1916	Dispõe sobre a concessão de licença aos empregados públicos.
Lei 1.525 de 27/12/1916	Incorpora à Diretoria do Serviço Sanitário o Instituto Pasteur de São Paulo.
Lei 1.529 de 28/12/1916	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o ano financeiro de 1917.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Lei 1.531 de 28/12/1916	Autoriza o Poder Executivo a despender até à quantia de mil contos de réis com as ampliações necessárias ao asilo de Juquery, para elevar a sua capacidade a 2.500 doentes.
Lei 1.541 de 30/12/1916	Remodela a Inspeção Médica Escolar.
Decreto 2.634 de 16/02/1916	Suprime os cargos de um arquiteto da Diretoria de Obras Públicas e de engenheiro-chefe do Escritório Técnico da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 2.635 de 16/02/1916	Declara de utilidade pública, para ser desapropriada, uma parte de terras, com os respectivos mananciais, necessárias ao abastecimento de água da cidade de Lorena.
Decreto 2.653 de 05/04/1916	Eleva provisoriamente de 45 para 50 anos o limite de idade dos imigrantes considerado aptos para o trabalho.
Decreto 2.667 de 10/05/1916	Abre no Tesouro do Estado um crédito suplementar de mil quatrocentos e dezessete contos quarenta e nove mil seiscentos e oitenta reis (1.417:049\$680), para liquidação da despesa da Secretaria do Interior no exercício de 1915, sendo 65:217\$130 com o Hospício de Alienados e 1.068:581\$790 com Socorros Públicos.
Decreto 2.730 de 14/11/1916	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior um crédito especial de 575:000\$000 em apólices do Estado, para pagamento a Angelo Sestini do valor da aquisição, por compra, do serviço de iluminação elétrica do Hospício de Alienados de Juquery.
Lei 1.570-A de 06/12/1917	Autoriza a abertura de um crédito extraordinário de 50:775\$950, para as obras de abastecimento de água à cidade de Cananéia.
Lei 1.577 de 14/12/1917	Autoriza a Secretaria da Agricultura a aplicar as rendas do Serviço Florestal em melhoramento de que precisar o Horto Florestal.
Lei 1.582 de 20/12/1917	Autoriza o Governo a entrar em acordo com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, para a profilaxia da lepra.

Lei 1.584 de 21/12/1917	Fixa a Despesa e orça a Receita do Estado para o ano financeiro de 1918.
Lei 1.589-A de 27/12/1917	Dispõe sobre a instalação domiciliar de esgotos, na Capital, em Santos e São Vicente.
Lei 1.590-A de 27/12/1917	Providencia sobre a questão das terras ocupadas com o abastecimento de águas à cidade de Santos.
Lei 1.596 de 29/12/1917	Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado.
Resolução Revocatória n. 10 de 1917	Anula a lei n. 199 de 1917, da Câmara Municipal de Barretos.
Decreto 2.767 de 23/01/1917	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado, na forma da lei, o terreno necessário à construção de um coletor de esgotos no bairro da Lapa desta Capital.
Decreto 2.785 de 30/03/1917	Abre no Tesouro do Estado um crédito especial de 250:000\$000, para ocorrer as despesas no corrente exercício com as ampliações necessárias no hospício de Alienados de Juquery.
Decreto 2.788 de 03/04/1917	Declara reservada para o Serviço Florestal do Estado parte das terras devolutas discriminadas e demarcadas no distrito de paz de Paranapiacaba, município de São Bernardo, comarca da Capital.
Decreto 2.789 de 03/04/1917	Declara de utilidade pública, para serem desapropriadas pelo Estado, terrenos necessários à formação de um bosque no Cotia.
Decreto 2.808 de 08/06/1917	Abre, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o crédito especial de 100:000\$000, para aquisição da canalização em tubos de 8”, ligando o serviço de água de Santos à rede de distribuição de São Vicente.
Decreto 2.823 de 27/07/1917	Declara de utilidade pública, para serem desapropriadas, os terrenos situados nas vertentes da Serra de Paranapiacaba, entre a Estrada Vergueiro e a Estação Biológica.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 2.854 de 25/09/1917	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em crédito de 225:000\$000 suplementar à verba do parágrafo 5º do artigo 6º do orçamento vigente sendo entre outros para o saneamento dos ? e auxílio à divisão de terras particulares.
Decreto 2.876 de 18/12/1917	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito de 250:000\$000, suplementar à verba da 3ª parte do §12, artigo 6º do Orçamento vigente.
Decreto 2.877 de 18/12/1917	Abre, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito de 150:000\$000, suplementar à verba do §10, artigo 6º do Orçamento vigente.
Lei 1.603 de 16/10/1918	Autoriza a abertura de um crédito suplementar de 154:160\$677, para as despesas com saneamento de Santos.
Lei 1.605 de 30/10/1918	Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos necessários para custear as despesas extraordinárias, reclamadas pela epidemia reinante.
Lei 1.636 de 31/12/1918	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para ao exercício financeiro de 1919.
Lei 1.640 de 31/12/1918	Concede favores aos funcionários públicos que auxiliaram o combate à epidemia da gripe.
Decreto 2.895 de 08/01/1918	Declara de utilidade pública, para ser desapropriada, uma área de terreno no Marapé, em Santos, necessária ao saneamento da mesma cidade.
Decreto 2.897 de 15/01/1918	Fica transferido para o corrente exercício, o saldo de crédito 250:000\$000, aberto pelo Decreto 2.785, de 30/03/1917, para ocorrer ao pagamento das despesas com as ampliações necessárias ao Hospício de Alienados do Juquery.
Decreto 2.918 de 09/04/1918	Dá execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo.

Decreto 2.945 de 12/08/1918	Fica aberto no Tesouro do Estado um crédito especial de 250:000\$000 para ocorrer as despesas, no corrente exercício com ampliações no Hospício de Alienados Juquery.
Lei 1.654 de 24/10/1919	Estabelece a obrigatoriedade de combate aos insetos nocivos a agricultura.
Lei 1.655 de 25/10/1919	Cria o Serviço de Polícia Sanitária Animal.
Lei 1.656 de 24/10/1919	Autoriza a abertura de um crédito especial de 95:000\$000 para execução de serviços complementares ao plano de Saneamento de Santos.
Lei 1.686 de 19/12/1919	Cria, na comarca da Capital, o cargo de curador especial de vítimas de acidentes do trabalho.
Lei 1.691 de 18/12/1919	Cria mais um lugar de médico interno residente no Hospício de Alienados de Juquery.
Lei 1.965-C de 18/12/1919	Cria o curso de veterinária, no Instituto de Veterinária do Estado.
Lei 1.700 de 16/12/1919	Cria sob a dependência do Instituto Soroterápico do Butantan, o Instituto de Medicamentos Oficiais.
Lei 1.713 de 27/12/1919	Fixa a despesa e orça a Receita do Estado para o exercício financeiro de 1920.
Lei 1.717 de 30/12/1919	Estabelece medidas de caráter financeiro.
Lei 1.721 de 30/12/1919	Cria lugares de inspetores sanitários e dá outras providências.
Lei 1.723 de 30/12/1919	Providencia sobre a construção e instalação de um hotel para veranistas e sanatório para tuberculosos, nos Campos do Jordão.
Decreto 3.013 de 09/01/1919	Abre à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior um crédito de 200:000\$000, para ocorrer as despesas com a profilaxia da lepra.
Decreto 3.020 de 05/02/1919	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito de 50:775\$950, para as obras de abastecimento de água à cidade de Cananéia.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 3.026 de 06/02/1919	Transfere para o corrente exercício o saldo do crédito de 250:000\$000, aberto pelo decreto nº 2.945, de 12/08/1918, para ocorrer as despesas com as ampliações no Hospício de Alienados de Juquery.
Decreto 3.032 de 27/02/1919	Aprova o Regulamento para os concursos da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Estado de São Paulo.
Decreto 3.036 de 12/03/1919	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o crédito especial de 60:000\$000 para ocorrer despesas às vítimas da gripe.
Decreto 3.041 de 10/04/1919	Abre à Secretaria da Fazenda e do Tesouro do Estado um crédito especial 302:605\$900 para fazer face às despesas efetuadas com a epidemia de gripe no exercício de 1918.
Decreto 3.064 de 20/05/1919	Declara de utilidade pública um faixa de 1.500 metros quadrados, de terreno pertencente ao sr. José Canal Alonso, situada no município e comarca de Santos, e necessárias para a construção do canal n. 1, de saneamento da referida cidade.
Decreto 3.091 de 27/08/1919	Declara de utilidade pública um faixa de terreno com 510 metros quadrados, pertencente a Benedicto Guimarães, situada no município e comarca de Santos e ocupada com a construção do canal n. 1, de saneamento da referida cidade.
Decreto 3.094 de 10/09/1919	Abre no Tesouro do Estado um crédito especial de 250:000\$000, para ocorrer as despesas no corrente exercício com as ampliações necessárias no Hospício de Alienados de Juquery.
Decreto 3.113 de 11/11/1919	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito especial de 95:000\$000, para a execução de serviços complementares ao plano de saneamento de Santos.
Lei 1.759 de 29/12/1920	Fixa a despesa e Orça a Receita do Estado para o ano financeiro de 1921.

Lei 1.764 de 31/12/1920	Estabelece medidas de ordem financeira.
Lei 1.769 de 31/12/1920	Concede o auxílio de 200:000\$000 ao Sanatório de Tuberculosos de São José dos Campos.
Decreto 3.143 de 13/01/1920	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o crédito especial de 250:000\$000, para a conclusão do prédio destinado ao Instituto de Veterinária da Capital.
Decreto 3.145 de 13/01/1920	Aprova o regulamento do Serviço de Polícia Sanitária Animal e dá outras providências.
Decreto 3.153 de 20/01/1920	Aprova o regulamento do Instituto de Veterinária do Estado.
Decreto 3.168 de 23/02/1920	Transfere para o corrente exercício, o saldo do crédito de 250:000\$000, aberto pelo decreto 3.094 de 10/09/1919, para ocorrer as despesas com as obras necessárias com as ampliações do Hospício de Alienados de Juquery.
Decreto 3.170 de 23/02/1920	Transfere para o corrente exercício, o saldo de crédito de 200:000\$000, aberto pelo Decreto 3.013 de 11/01/1919, para ocorrer as despesas com a profilaxia da lepra neste Estado.
Decreto 3.173 de 03/03/1920	Modifica o regulamento do Instituto de Veterinária do Estado, aprovado pelo decreto 3.153 de 20/01/1920.
Decreto 3.174 de 03/03/1920	Transfere para o corrente exercício os saldos de diversos créditos especiais e de um crédito extraordinário abertos à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Decreto 3.175 de 03/03/1920	Dá regulamento ao Hospício e Colônias Agrícolas de Alienados de Juquery.
Decreto 3.180 de 19/03/1920	Aprova o Regulamento de Lei 1.654, de 24 de outubro de 1919 que estabelece obrigatoriedade de combate aos insetos nocivos à agricultura.
Decreto 3.181 de 22/03/1920	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 200:000\$000, para ocorrer as despesas com a profilaxia da lepra neste Estado.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 3.185 de 30/03/1920	Abre à Secretaria da Fazenda e do Tesouro do Estado, um crédito especial de 25:974\$820 para fazer face às despesas efetuadas com a epidemia de gripe no exercício de 1919.
Decreto 3.187 de 30/03/1920	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito especial de 3.386:403\$468, para as despesas feitas com a epidemia de gripe.
Decreto 3.223 de 16/06/1920	Abre um crédito suplementar à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, para as despesas com “Socorros Públicos”.
Decreto 3.232 de 17/06/1920	Abre à Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas diversos créditos suplementares na importância total de 3.040:000\$000 sendo para o Instituto de Veterinária e Serviço Florestal entre outros.
Decreto 3.234 de 28/07/1920	Declara de utilidade pública terrenos situados no município de Guarulhos, sob a denominação de sitio do “Cafezal Velho”, pertencente a d Francisca Ferreira Lopes e necessários ao serviço de abastecimento de água a esta capital.
Decreto 3.250 de 17/09/1920	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior um crédito especial de 80:000\$000, para aquisição e renovação do material de pesquisas para o novo edifício do Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas.
Decreto 3.252 de 24/09/1920	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito especial de 250:000\$000, para ocorrer as despesas no corrente exercício, com as ampliações necessárias no Hospício de Alienados de Juquery.
Decreto 3.282 de 08/12/1920	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito suplementar da importância de 1.476:253\$000 para despesas da Repartição de Águas e Esgotos.

Decreto 3.292 de 23/12/1920	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito suplementar de 300:000\$000, para pagamento de despesas da Repartição de Águas e Esgotos.
Lei 1.827 de 21/12/1921	Dispõe sobre os processos de acidentes no trabalho.
Lei 1.837 de 27/12/1921	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o ano financeiro de 1922.
Lei 1.859 de 30/12/1921	Atribui aos juízes de direito a competência de processar e julgar em primeira instancia os crimes previstos na lei federal 4.294, de 06/07/1921, e dá outras providencias.
Decreto 3.305 de 13//01/1921	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito suplementar da importância de 600:000\$000, para pagamento de despesas da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 3.306 de 19/01/1921	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito suplementar de 40:000\$000, para pagamento de despesas do Instituto de Veterinária.
Decreto 3.310 de 03/02/1921	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito suplementar da importância de 400:000\$000, para pagamento de despesa da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 3.330 de 23/03/1921	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito suplementar de 1.000:000\$000, para pagamento de despesas da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 3.334 de 08/04/1921	Abre à Secretaria da Fazenda e do Tesouro um crédito de 200:000\$000 para auxílio às obras complementares do Sanatório para Tuberculosos em São José dos Campos.
Decreto 3.339 de 14/04/1921	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito especial na importância de 442:506\$485, para pagamento das despesas com as obras de construção do edifício destinado à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, durante o ano de 1920.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 3.342 de 18/04/1921	Transfere para o corrente exercício, o saldo do crédito aberto pelo decreto 3.250 de 17/09/1920 na importância de 70:411\$000, destinado à aquisição e renovação do material de pesquisas para o novo edifício do Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas.
Decreto 3.344 de 28/04/1921	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito suplementar da importância de 200:000\$000, para ocorrer ao pagamento das despesas com a debelação da peste bovina.
Decreto 3.349 de 05/05/1921	Declara de Utilidade Pública terrenos e águas pertencentes aos srs. Coronel Olympio Braga e Eugenio Pereira da Silva, necessários ao abastecimento de água da estação de Palmital, no ramal de Tibagi, da Estrada de Ferro Sorocabana.
Decreto 3.351 de 07/05/1921	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito suplementar de 1.000:000\$000, para pagamento de despesas da Repartição de Águas e Esgotos.
Decreto 3.358 de 02/06/1921	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito especial de 292:854\$811, para ocorrer as despesas efetuadas, no princípio do ano de 1920, com a epidemia de gripe.
Decreto 3.363 de 09/06/1921	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito suplementar da importância de 1000:000\$000, para ocorrer ao pagamento das despesas com a debelação da peste bovina.
Decreto 3.369 de 16/06/1921	Transfere para o corrente exercício o saldo do crédito aberto pelo decreto 3.252 de 24/09/1920, para as obras de ampliações do Hospício de Alienados de Juquery.
Decreto 3.370 de 23/06/1921	Abre à Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas, em crédito especial da importância de 1.576\$800 destinada a prêmio para exportar fumo.

Lei 1.888 de 11/12/1922	Estabelece medidas de caráter financeiro.
Lei 1.889 de 28/12/1922	Fixa a despesa e orça receita do Estado para o exercício financeiro de 1923.
Lei 1.903 de 29/12/1922	Cria, na Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o cargo de “zelador dos filtros do Cotia”, com os vencimentos de 4:200\$000 mensais.
Lei 1.909 de 29/12/1922	Autoriza o governo a doar à Câmara Municipal de São Roque, a área de terreno necessária para a instalação de um cemitério no povoado de Mayrink, naquele município.
Lei 1.914 de 30/12/1922	Tornam extensivas à Escola de Farmácia e Odontologia de Itapetininga as vantagens e regalias concedidas às Escolas de Farmácias de São Paulo e de Pindamonhangaba.
Lei 1.919 de 30/12/1922	Autoriza a abertura de um crédito especial de 3.783:458\$800, para ocorrer as despesas com o prolongamento da rede urbana de esgotos desde a Alameda Santos até o Jardim América e à Vila Cerqueira César.
Decreto 3.439 de 26/01/1922	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 150:000\$000, suplementar à rubrica do § 32, do artigo 2º do orçamento passado.
Decreto 3.445 de 18/02/1922	Transfere para o corrente exercício, o saldo de 49:589\$600, destinado à aquisição de material para o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas.
Decreto 3.455 de 22/03/1922	Transfere para o corrente exercício, os saldos de diversos créditos especiais, abertos e transferidos para a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Decreto 3.470 de 04/05/1922	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito especial da importância de 200:000\$000, para pagamento de despesas com as obras de construção do edifício destinado a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 3.526 de 10/11/1922	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito especial de 200:000\$000 para ocorrer as despesas com a profilaxia da lepra neste Estado.
Lei 1.946 de 19/12/1923	Estabelece medidas de caráter financeiro.
Lei 1.957 de 29/12/1923	Fixa a Despesa e orça a receita para o exercício de 1924.
Lei 1.959 de 29/12/1923	Autoriza o Poder Executivo a abrir à Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas um credito especial de 648:000\$000, para as despesas do abastecimento de água do Leprosário Santo Ângelo.
Resolução Revocatória n. 01 de 1923	Anula a resolução 656 de 1922 da Câmara Municipal de Campinas, firmado com a Companhia Campineira de Águas e Esgotos.
Decreto 3.580 de 15/02/1923	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios do Interior, um crédito ode 62:000\$000 suplementar à rubrica do parágrafo 32 do artigo 2º (Hospício de Alienados) da Lei do Orçamento de 1922.
Decreto 3.591 de 22/03/1923	Transfere para o corrente exercício os saldos de diversos créditos especiais abertos e transferidos para a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Decreto 3.607 de 07/06/1923	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito especial da importância de 3.783:458\$800, para ocorrer as despesas com o prolongamento da rede urbana de esgotos, desde a Alameda Santos até ao Jardim América e à Vila Cerqueira César.
Decreto 3.643 de 18/10/1923	Transfere para o corrente exercício, o saldo do crédito especial de 4.500:000\$000, aberto pelo decreto 2.656, 19/04/1916, autorizado pela lei 1.486 de 15/12/1915, para a encampação da Estrada de Ferro Campos do Jordão.

Decreto 3.647 de 01/11/1923	Transfere para o corrente exercício, o saldo de 49539\$600 do crédito de 80:000\$000 aberto pelo decreto 3.250 de 15/09/1920 já transferido para o exercício passado pelo decreto 3.445 de 18/02/1922, destinado à aquisição de material necessário ao Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas.
Lei 1.972 de 26/09/1924	Autoriza o Poder Executivo a socorrer as vítimas da recente rebelião militar, a auxiliar as instituições de caridade e hospitais que acolheram feridos e a concorrer para as reconstruções de templos danificados.
Lei 1.990 de 02/12/1924	Torna extensivo aos membros da Força Pública, atacados de determinadas moléstias, os favores da lei 1.521, de 26/12/1916.
Lei 1.991 de 04/12/1924	Regula o exercício das artes farmacêuticas e dentária, no Estado.
Lei 2.012 de 26/12/1924	Autoriza o Governo a estabelecer Colônias Escolares para crianças enfermiças.
Lei 2.013 de 26/12/1924	Concede favores às condenadas e detentas em estado de gestação.
Lei 2.016 de 26/12/1924	Modifica a lei e regulamento da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.
Lei 2.018 de 26/12/1924	Dispõe sobre a oficialização do Instituto de Higiene de São Paulo, subordinado ao Secretário dos Negócios do Interior.
Lei 2.021 de 26/12/1924	Autoriza o Governo a fazer uma operação de crédito até 120.000:000\$000, para obras de águas e esgotos na Capital.
Decreto 3.775 de 26/12/1924	Declara de utilidade pública uma faixa de terreno no vale do rio Pinheiros, nesta Capital, necessária ao assentamento do emissário geral de esgotos do referido vale.
Lei 2.028 de 30/08/1924	Estabelece medidas de caráter financeiro.
Lei 2.029 de 30/12/1924	Fixa a despesa e orça a Receita do Estado para o exercício financeiro de 1925.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Lei 2.052 de 31/12/1924	Criando dois postos de salvação no município de Santos.
Decreto 3.688 de 05/03/1924	Declara de utilidade pública terrenos necessários ao abastecimento de água do Leprosário Santo Ângelo.
Decreto 3.691 de 13/03/1924	Transfere para o corrente exercício os saldos de diversos créditos especiais abertos e transferidos para a Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas.
Decreto 3.703 de 10/04/1924	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito especial de 648:000\$000, para ocorrer as despesas do serviço de abastecimento de água do Leprosário Santo Ângelo.
Decreto 3.706 de 29/04/1924	Dá regulamento à lei 1.761 de 27/12/1920, que reorganiza a Penitenciária, e, em parte, à lei 1.406 de 26/12/1913, que estabeleceu o regime penitenciário no Estado de São Paulo.
Decreto 3.708 de 30/04/1924	Aprova o Regimento Interno das Escolas Maternais.
Decreto 3.375 de 26/09/1924	Abre na Secretaria da Fazenda do Tesouro do Estado em credito especial de rs. 500:000\$000, destinado a ocorrer as despesas resultantes da rebelião começada a 5 de julho último.
Decreto 3.736 de 27/09/1924	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios do Interior, um credito de 500:000\$000 para ocorrer as despesas resultantes da rebelião iniciada em 5 de julho último.
Decreto 3.737 de 30/09/1924	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública, um credito Rs 1500:000\$000, para ocorrer as despesas resultantes da rebelião iniciada em 5 de julho último.
Decreto 3.739 de 03/10/1924	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios do Interior, um crédito especial de 7000:000\$000 destinado a socorrer as vítimas da recente rebelião militar, a auxiliar as instituições de caridade que acolheram feridos e a concorrer para a reconstrução de templos danificados.

Decreto 3.742 de 14/10/1924	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública, um crédito de Rs 1.000:000\$000, para ocorrer as despesas resultante da rebelião iniciada em 5 de julho último.
Decreto 3.747 de 21/10/1924	Abre à Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas, um crédito especial de 300:000\$000, para ocorrer as despesas relacionadas com os acontecimentos de julho último.
Decreto 3.758 de 15/11/1924	Dispõe sobre, a sedição militar de julho último e abre na Secretaria do Interior, para esse fim o crédito de seis mil contos de reis (6.000:000\$000) nos termos do artigo 3º e lei 1.957 de 23 de dezembro de 1923, sob a rubrica “Socorros Públicos”.
Decreto 3.765 de 02/12/1924	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios do Interior um crédito especial de 1.000:000\$000, destinado a socorrer as vítimas da rebelião militar, auxiliar as instituições de caridade e hospitais que acolheram feridos e a concorrer para a reconstrução de templos danificados.
Decreto 3.775 de 26/12/1924	Declara de utilidade pública uma faixa de terreno no Vale do Rio Pinheiros, nesta Capital, necessária ao assentamento do emissário geral de esgotos do referido vale.
Decreto 3.777 de 26/12/1924	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, em crédito de mil contos de reis (1.000:000\$000), para ocorrer as despesas resultantes da rebelião iniciada em 5 de julho último.
Lei 2.061 de 11/09/1925	Autoriza o Poder Executivo a abrir no Tesouro do Estado dois créditos suplementares de 1.000:000\$000, cada um.
Lei 2.121 de 30/12/1925	Aprova o decreto 3.876 de 11/07/1925, que reorganizou o Serviço Sanitário e Repartições dependentes.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Lei 2.122 de 30/12/1925	Estabelece medidas de caráter financeiro.
Lei 2.123 de 30/12/1925	Fixa a despesa e orça receita do Estado para o exercício financeiro de 1926.
Lei 2.214 de 30/12/1925	Autoriza a abertura de um crédito especial de 2.000:000\$000 para construção de um hospital para o ensino clínico.
Lei 2.124-A de 30/12/1925	Autoriza o Poder Executivo a conceder licença à Companhia Taubaté industrial para executar obras necessárias à ampliação de sua usina hidrelétrica Paraitinga.
Lei 2.127 de 31/12/1925	Autoriza o Poder Executivo a despender até a quantia de 50:000\$000 com a construção de um mausoléu para os restos mortais do Dr. Emílio Marcondes Ríbas.
Lei 2.128 de 31/12/1925	Aprova, com modificações, os decretos do Poder Executivo ns. 3.868, 3.869, 3.870, 3.871, 3.874, 3.875, 3.876-A, 3.877, 3.878, 3.878-A, 3.878-B, datados os quatro primeiros de 03/07/1925 e os demais de 11/07/1925 que reorganizaram repartições públicas do Estado.
Decreto 3.785 de 30/01/1925	Abre à Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas um crédito especial de 80:000\$000, para ocorrer as despesas relacionadas com os acontecimentos de 5 de julho último.
Decreto 3.801 de 14/02/1925	Dá novo regulamento para o serviço de loterias do Estado.
Decreto 3.804 de 18/02/1925	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 235:800\$000 para pagamento, durante o corrente ano, do pessoal de tempo integral, da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Decreto 3.812 de 28/02/1925	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos necessários ao desenvolvimento do abastecimento de água da Capital.
Decreto 3.815 de 06/03/1925	Transfere para o corrente exercício, os saldos dos créditos abertos pelos Decretos 3.736, 3.739 e 3.765, de 27 de setembro e 3 de outubro e 2 de dezembro de 1924, respectivamente.
Decreto 3.816 de 06/03/1925	Aprova o Regulamento da Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira.
Decreto 3.822 de 13/03/1925	Transfere para o corrente exercício os saldos de diversos créditos especiais, abertos e transferidos para a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Decreto 3.828 de 25/03/1925	Dá regulamento à Lei 2.059 de 31/12/1924, tem por fim a assistência e proteção aos menores de 18 anos de ambos os sexos, abandonados ou pervertidos, bem como o processo e julgamento dos delinqüentes maiores de 14 e menores de 18 anos, de acordo com a legislação federal.
Decreto 3.843 de 17/04/1925	Organiza a Recebedoria de Águas da Capital.
Decreto 3.845 de 23/04/1925	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito especial de 100:000\$000 para ocorrer as despesas relacionadas com os acontecimentos de julho de 1924.
Decreto 3.849-A de 21/05/1925	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de rs. 1.466:024\$191, para liquidação da despesa do exercício passado do Hospício de Alienados e Socorros Públicos.
Decreto 3.855 de 04/06/1925	Reorganiza a Secretaria do Interior e dá-lhe regulamento que tem a seu cargo inúmeros serviços, entre eles, a higiene, saúde e assistência pública; aos hospícios, hospitais e casas de caridade e a organização do orçamento da despesa.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 3.858 de 11/06/1925	Reforma a Instrução Pública.
Decreto 3.867 de 03/07/1925	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, um crédito de dois mil contos de reis (2.000:000\$000), para ocorrer as despesas resultantes da rebelião militar iniciada em 5 de julho de 1924.
Decreto 3.869 de 03/07/1925	Reorganiza o Hospício de Juquery de conformidades com a autorização dada pela Lei 1.999 de 19 de dezembro de 1924 e Lei 2.028 de 30 de dezembro de 1924.
Decreto 3.872 de 09/06/1925	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito especial de 500:000\$000, destinado a socorrer as vítimas de rebelião militar de julho do ano passado, auxiliar as instituições de caridade que acolheram feridos e a concorrer para reconstrução de templos danificados.
Decreto 3.874 de 11/07/1925	Reorganiza a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e dá outras providências de conformidades com a autorização dada pelas Leis 1.999, 2.016, 2.28, todas do mês de Dezembro de 1924 e de acordo com Decreto Federal 16.782 A, de 13 de janeiro de 1924.
Decreto 3.875 de 11/07/1925	Reorganiza o quadro dos funcionários do Instituto de Higiene de conformidade com a autorização dada pela Lei 19.099, de 19 de dezembro de 1924 e Lei 2.028, de 30 de dezembro de 1924.
Decreto 3.876 de 11/07/1925	Reorganiza o Serviço Sanitário e repartições dependentes, de conformidade com a autorização dada pela Lei 19.099 de 19 de dezembro de 1924 e Lei 2.028 de 30 de dezembro de 1924.
Decreto de 3.877 de 11/07/1925	Marca os vencimentos do médico do Seminário das Educandas equiparados aos do médico interno do Hospital de Isolamento.

Decreto 3.891 de 23/07/1925	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito especial de 108:279\$600, para atender às despesas decorrentes com a reforma do Hospital Juquery.
Decreto 3.911 de 16/09/1925	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Justiça e Segurança Pública, um crédito de rs. 500:000\$000, para ocorrer as despesas resultantes da rebelião que teve início em 5 de julho.
Decreto 3.931 de 21/10/1925	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito especial de 10.000:000\$000 para ocorrer ao pagamento de despesas com o reforço de abastecimento de água e esgotos na Capital.
Decreto 3.933 de 22/10/1925	Abre à Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas um crédito da importância de 408:452\$596, suplementar à verba da 9ª parte do parágrafo 9º, artigo 6º da Lei 2.029, de 30 de dezembro de 1924 para ocorrer ao pagamento de despesas com a construção do Leprosário de Santo Ângelo.
Decreto de 3.935 de 28/10/1925	Abre no tesouro do Estado, à Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, um crédito de Rs. 500:000\$000, para ocorrer as despesas resultantes da rebelião militar que teve início em 5 de julho de 1924.
Decreto 3.937 de 31/10/1925	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estados dos Negócios do Interior, um crédito especial de 1.672:263\$533, para ocorrer as despesas decorrentes da reorganização do Serviço Sanitário e repartições dependentes.
Decreto 3.942 de 06/11/1925	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, um crédito de Rs. 500:000\$000, para ocorrer as despesas resultantes da rebelião militar que teve início em 5 de julho de 1924.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 3.953 de 24/11/1925	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Justiça e Segurança Pública um crédito de Rs. 500:000\$000, para ocorrer as despesas resultantes da rebelião que teve início em 5 de julho de 1924.
Decreto 3.987-A de 31/12/1925	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Justiça e Segurança Pública, um crédito de Rs. 500:000\$000, para ocorrer as despesas resultantes da rebelião que teve início em 5 de julho de 1924.
Lei 2.131 de 07/08/1926	Aprova os contratos relativos aos empréstimos destinados a melhoramentos e acréscimos do serviço de água e esgotos da cidade de São Paulo.
Lei 2.140 de 01/10/1926	Cria uma Prefeitura Sanitária em Campos do Jordão, e autoriza a aquisição de todos os bens pertencentes à Companhia Guarujá.
Lei 2.157 de 18/12/1926	Suprime o cargo de diretor do extinto Desinfetório Central.
Lei 2.164 de 22/12/1926	Autoriza a abertura de créditos especiais para restituição de diversas importâncias extorquidas a coletores de rendas estaduais pelos revoltosos de 1924 quando atravessavam vários pontos do Estado de São Paulo.
Lei 2.167 de 24/12/1926	Prorroga o prazo dentro do qual as Escolas de Farmácia e Odontologia do Estado deverão requerer e obter sua equiparação federal.
Lei 2.169 de 27/12/1926	Consubstancia medidas destinadas à profilaxia da lepra.
Lei 2.172 de 28/12/1926	Institui o Código de Polícia Sanitária Animal.
Lei 2.182 de 30/12/1926	Fixa a Despesa e orça a Receita do Estado, para o exercício financeiro de 1927.
Lei 2.183 de 30/12/1926	Estabelece medidas de caráter financeiro.
Lei 2.184 de 30/12/1926	Cria uma Prefeitura Sanitária na estância hidromineral e de repouso de Águas da Prata, com a área e os limites do atual distrito de Paz do mesmo nome, do município de São João da Boa Vista.

Lei 2.190 de 30/12/1926	Autoriza o Poder Executivo a socorrer as vítimas da catástrofe de Itambé e auxiliar a reconstrução dos edifícios públicos e dos templos destruídos.
Lei 2.193 de 30/12/1926	Reorganiza a Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas.
Decreto 3.993 de 22/01/1926	Abre à Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas, um crédito da importância de 27:000\$000 complementar à verba da 4ª parte do parágrafo 10, artigo 6º da Lei 2.029, de 30 de dezembro de 1924 para ocorrer ao pagamento de despesas das instalações domiciliares.
Decreto 4.000 de 30/01/1926	Aprova as instruções para a Comissão de Obras Novas, do Abastecimento de Águas da Capital.
Decreto 4.002 de 06/02/1926	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito especial de 26:900\$000, à verba do parágrafo 34, do artigo 2º do orçamento em vigor, para ocorrer as despesas com a execução das obras necessárias ao abastecimento de água ao Hospital de Juquery.
Decreto 4.009 de 13/02/1926	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da justiça e da Segurança Pública, um crédito de quinhentos contos de reis (Rs.500:000\$000), para ocorrer as despesas resultantes da rebelião militar que teve início em 5 de julho de 1924.
Decreto 4.012 de 18/02/1926	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, o crédito suplementar de 223:080\$000, para ocorrer as despesas como aumento dos vencimentos do Secretário do Interior, Diretor Geral da Instrução Pública, do Museu Paulista, da Repartição de Estatística e Arquivo, dos guardas sanitários da Capital e manutenção dos Centros de Saúde do Braz e Bom Retiro.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 4.017 de 27/02/1926	Transfere para o corrente exercício saldo do crédito de 1.000:000\$000, aberto pelo decreto 3.915, de 16/09/1925, para ocorrer as despesas do almoxarifado do Serviço Sanitário.
Decreto 4.018 de 03/03/1926	Transfere para o corrente exercício o saldo do crédito de 500:000\$000, aberto pelo decreto 3.872 de 9/06/1925, destinado a socorrer as vítimas da rebelião militar de julho, a auxiliar as instituições de caridade e hospitalar que recolheram feridos e a concorrer para a reconstrução de templos.
Decreto 4.019 de 03/03/1926	Transfere para o corrente exercício o saldo do decreto 3.815, de 06/03/1925, que transferiu os saldos dos decretos n.ºs. 3.736, de 27/09/1924, 3.739, de 03/10/1924 e 3.766, de 2 de dezembro de 1924, referentes à rebelião militar de 5 de julho.
Decreto 4.022 de 04/03/1926	Transfere para o corrente exercício os saldos de diversos créditos especiais abertos e transferidos para a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Decreto 4.024 de 09/03/1926	Aprova os regulamentos para os postos de salvação, de conformidade com a lei 2.052, de 31 de dezembro de 1924.
Decreto 4.027 de 17/03/1926	Regula a emissão de um empréstimo externo de lbr. 2.500 000-0-0 e \$7.500:000-0-0, para as obras de abastecimento de água e serviços de esgotos da capital.
Decreto 4.032 de 25/03/1926	Transfere para o corrente exercício o saldo do crédito de 235:800\$000, aberto pelo Decreto 3.804 de 18/02/1925, para ocorrer ao pagamento do pessoal de tempo integral da Faculdade de Medicina.
Decreto 4.047 de 15/05/1926	Declara de utilidade pública, para ser desapropriada, uma faixa de terreno necessária ao emissário de esgotos de Pinheiros.

Decreto 4.052 de 15/05/1926	Abre, no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estados dos Negócios do Interior um crédito de 500:000\$000, para a construção de um hospital para o ensino clínico, da Faculdade de Medicina.
Decreto 4.055 de 21/05/1926	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública, um crédito especial de (Rs 500:000\$000), para ocorrer as despesas resultantes da rebelião militar que teve início em 5 de julho de 1924.
Decreto 4.067 B de 30/06/1926	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios da Justiça e Segurança Pública, um crédito especial de Rs 500:000\$000 para ocorrer as despesas resultantes da rebelião militar que teve início em 5 de julho de 1924.
Decreto 4.069 de 08/07/1926	Aprova novas instruções para a Comissão de Obras Novas do Abastecimento de água da Capital.
Decreto 4.072 de 08/07/1926	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito especial de 110.000:000\$000, para ocorrer ao pagamento de despesas com o reforço de abastecimento de água e esgotos na Capital.
Decreto 4.073 de 08/07/1926	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito na importância de 700:000\$000, suplementar à verba da letra E do §12, artigo 6º, da lei 2.123 de 30/12/1925 para barragem do “Pedro Beicht” e modificações dos filtros de Cotia.
Decreto 4.082 de 23/07/1926	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 100:000\$000, para ocorrer as despesas decorrentes da reorganização do Serviço Sanitário e repartições dependentes.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 4.083 de 26/07/1926	Declara se utilidade pública os terrenos necessários à construção da quarta seção da canalização adutora do Rio Claro.
Decreto 4.085 de 06/09/1926	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública, um crédito especial de rs. 1.000:000\$000, para ocorrer a despesa resultante da rebelião militar que teve início em 5 de julho de 1924.
Decreto 4.089 de 17/08/1926	Manda observar o regulamento do Curso de Educadores Sanitários, de acordo com o Decreto 3.876 de 11 de julho de 1925, aprovado pela lei 2.121, de 30 de dezembro do mesmo ano.
Decreto 4.095 de 31/09/1926	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios da Justiça e Segurança Pública, um crédito especial de Rs. 1.000:000\$000, para ocorrer as despesas resultantes da rebelião militar que teve início em 5 de julho.
Decreto 4.107 de 23/09/1926	Declara de utilidade pública, para ser desapropriada pelo Estado, uma faixa de terreno necessária à construção do emissário de esgotos do vale de Pinheiros.
Decreto 4.108 de 23/09/1926	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos necessários ao desenvolvimento do abastecimento de água da Capital.
Decreto 4.109 de 23/09/1926	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública, um crédito especial de Rs. 2.000:000\$000, para ocorrer as despesas resultantes da rebelião militar que teve início em 5 de julho de 1924.
Decreto 4.116 de 08/10/1926	Aprova as instruções para a Comissão das Obras do Saneamento da Capital.
Decreto 4.117 de 14/10/1926	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública, um crédito especial de 1.500:000\$000, para ocorrer a despesas resultantes da rebelião militar que teve início em 5 de julho de 1924.

Decreto 4.143 de 10/12/1926	Declara de utilidade pública terrenos necessários à construção da quarta seção da canalização adutora do rio Claro e estrada auxiliar.
Lei 2.197 de 12/09/1927	Dispõe sobre o comércio de adubos e preparados químicos com aplicação na agricultura ou na pecuária.
Lei 2.223 de 14/12/1927	Dispondo sobre o Serviço Florestal do Estado e dando outras providências.
Lei 2.234 de 22/12/1927	Autoriza o Governo a concorrer com a quantia de 50:000\$000, para a fundação do Instituto Profissional dos Cegos, denominado “Instituto Padre Chico”.
Lei 2.240 de 23/12/1927	Autoriza o Poder executivo a auxiliar a construção e exploração no Estado, de usinas hidroelétricas de adubos químicos sintéticos.
Lei 2.243 de 26/12/1927	Cria o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal.
Lei 2.245 de 26/12/1927	Cria o Manicômio Judiciário do Estado.
Lei 2.252 de 28/12/1927	Estabelece medidas de caráter financeiro.
Lei 2.252 de 28/12/1927	Autoriza o Governo a unir em um só estabelecimento, todos os almoxarifados da Secretaria do Interior.
Lei 2.255 de 31/12/1927	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1928.
Lei 2.259 de 31/12/1927	Modifica as disposições do Código Sanitário, relativamente à construção de Hospitais, Casa de Saúde e Maternidade.
Lei 2.261 de 31/12/1927	Reorganizando o Serviço Meteorológico do Estado subordinado à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.
Decreto 4.168 de 05/01/1927	Declara de utilidade pública terrenos necessários à construção da terceira secção da canalização adutora do Rio Claro.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 4.170 de 10/01/1927	Declaram de utilidade pública, terrenos necessários à construção do emissário geral do esgoto do Tietê.
Decreto 4.170-B de 14/01/1927	Regula a emissão de obrigações que será destinado ao pagamento de despesas com os serviços de Profilaxia da Lepra e serão denominados “Obrigações do Estado de São Paulo, Profilaxia da Lepra”.
Decreto 4.172 de 15/01/1927	Declara de utilidade pública, para serem desapropriadas, terras necessárias para a adução do Rio Claro.
Decreto 4.183 de 28/01/1927	Transfere para o corrente exercício o saldo do crédito aberto pelo decreto 4.063, de 15 de maio de 1926, determinado à construção do novo edifício da Faculdade de Medicina de São Paulo.
Decreto 4.196 de 17/02/1927	Abre no Tesouro do Estado, Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 9:600\$000, para pagamento da diferença dos vencimentos do médico assistente de laboratório do Hospital de Juquery, correspondente ao exercício de 1926.
Decreto 4.197 de 19/02/1927	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 250:000\$000, suplementar á verba do § 34, do art. 2º da lei do orçamento passado.
Decreto 4.203 de 10/03/1927	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios do Interior, um crédito de réis 9:600\$000, para pagamento da diferença dos vencimentos do médico assistente de laboratório do Hospital de Juquery, correspondente ao exercício de 1927.
Decreto 4.217 de 18/04/1927	Declara de utilidade pública; para ser desapropriado, um terreno necessário ao desenvolvimento do abastecimento de água da Capital.

Decreto 4.232 de 20/05/1927	Abre um crédito especial na importância de 200:000\$000, destinado a ocorrer ao pagamento do auxílio às vítimas da catástrofe de Itambé.
Decreto 4.234 de 23/05/1927	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito da importância de 10.000:000\$000, suplementar à verba da letra “e”, do § 12º, art. 6º, da lei 2.182 de 30/12/1926.
Decreto 4.246 de 09/06/1927	Declara de utilidade pública, terrenos necessários à construção do emissário geral de esgotos do Tietê.
Decreto 4.247 de 09/06/1927	Declara de utilidade pública, terrenos necessários à construção do emissário geral de esgotos do Tietê.
Decreto 4.248 de 09/06/1927	Declara de utilidade pública, terrenos necessários à construção do emissário geral de esgotos do Tietê.
Decreto 4.254 de 30/06/1927	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria dos Negócios do Interior, um crédito de 74:400\$000, para ocorrer as despesas com a instalação da Prefeitura de Campos do Jordão.
Decreto 4.257 de 04/07/1927	Abre à Secretaria dos Negócios da Justiça e da Segurança, Pública, um crédito de Rs. 650:000\$000 para ocorrer as despesas resultantes da rebelião militar que teve início em 5 de julho de 1924.
Decreto 4.259 de 07/07/1927	Concede auxílio de 200:000\$000 à Associação Therezinha do Menino Jesus para a conclusão das obras do Asilo para Filhos de Leprosos.
Decreto 4.260 de 07/07/1927	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 100:000\$000, para as despesas com a instalação da Prefeitura Sanitária de Guarujá.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 4.268 de 12/07/1927	Declara reservada para o Serviço Florestal do Estado uma gleba de terras denominada “Boracéia”, no município e comarca de São Sebastião.
Decreto 4.272 de 13/07/1927	Declara de utilidade pública terrenos necessários à construção da galeria de esgotos da Penha.
Decreto 4.291 de 20/10/1927	Dá diversas providências sobre os serviços do abastecimento de água e saneamento da Capital.
Decreto 4.293 de 20/10/1927	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 1.000:000\$000, para a conclusão do Leprosário de Santo Angelo.
Decreto 4.303 de 31/10/1927	Estende às Escolas de Farmácia e Odontologia de Jaboticabal e Araraquara, as regalias constantes das leis 2.167, de 24/12/1926 e das de ns. 1.742 de 30/10/1915, 1.914 de 30/12/1922 e 1.991 de 04/12/1924.
Decreto 4.308 de 17/11/1927	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 938:430\$101, suplementar à verba consignada no §35, do artigo 2º, da lei do orçamento vigente, para fazer faces às despesas do Hospital de Juquery, até 31 de Dezembro do corrente ano.
Lei 2.274 de 13/08/1928	Aprova os contratos dos empréstimos externos de L 3.500.000-00 e \$ 15.000,000 para as obras complementares do serviço de águas e esgotos da Capital, entre outros.
Lei 2.288 de 01/10/1928	Estabelece medidas profiláticas com relação ao embarque de café nos municípios infestados pela praga cafeeira.
Lei 2.292 de 15/10/1928	Autoriza o Poder Executivo a restituir ao coletor estadual em Piraju, a importância de Rs. 710\$000, subtraída daquela coletoria pelos sediciosos, em 5 de julho de 1924.

Lei 2.293 de 19/10/1928	Dispõe sobre matéria jurídica e eleitoral com relação às Prefeituras Sanitárias, criadas pelas leis 2.140 e 2.184 de 1926, e dando outras providências.
Lei 2.331 de 27/12/1928	Dispõe sobre os serviços de águas nas cidades de Guarulhos e Santo Amaro.
Lei 2.340 de 28/12/1928	Estabelece medidas relativas à cultura do fumo no Estado, a que se refere a lei 2.251, de 28 de dezembro de 1927 que reorganiza as Diretorias de Agricultura e de Indústria Pastoril da Secretaria da Agricultura e Comercio e dá outras providências.
Lei 2.341 de 28/12/1928	Equipara o cargo de Chefe das Oficinas da Repartição de Saneamento de Santos ao de Chefe das Oficinas da Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Lei 2.343 de 31/12/1928	Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1929.
Lei 2.350 de 31/12/1928	Dispõe sobre o ensino e exercício das artes farmacêuticas e dentária.
Lei 2.351 de 31/12/1928	Estabelece medidas de caráter financeiro e dá outras providências.
Lei 2.354 de 31/12/1928	Cria a Escola de Veterinária de São Paulo.
Lei 2.355 de 31/12/1928	Modifica a organização da Faculdade de Medicina de São Paulo.
Resolução Revocatória n.2 de 1928	Anula a lei 122 de 25/09/1928, da Câmara Municipal de Campos Novos do Paranapanema, para exploração de luz, força, água e esgotos.
Decreto 4.330-A de 05/01/1928	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito da importância de 15.000:000\$000, suplementar à verba da letra “c” do § 12º, artigo 6º, da Lei 2.182 de 30/12/1926 para custeio e desenvolvimento normal dos serviços de água e esgotos.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 4.350 de 19/01/1928	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior um crédito de 500:000\$000 para a conclusão do Leprosário de Santo Angelo.
Decreto 4.368 de 02/02/1928	Declara de utilidade pública um terreno necessário à construção do emissário geral de esgotos da margem direita do Tamanduateí.
Decreto 4.369 de 08/02/1928	Regulamenta a Lei 2.209 – A, de 23/11/1927, que criou o Conselho Superior de Ensino Agrícola.
Decreto 4.371 de 08/02/1928	Declara de utilidade pública um terreno necessário à construção do emissário geral da margem esquerda do Tietê.
Decreto 4.380 de 29/02/1928	Transfere para o corrente exercício saldos de diversos créditos especiais abertos e transferidos para a Secretaria da Viação e Obras Públicas.
Decreto 4.394 de 27/03/1928	Regulamenta a lei 2.243, de 26/12/1927, que criou o Instituto Biológico de Defesa Agrícola Animal.
Decreto 4.403 de 12/04/1928	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de novecentos contos de reis (900:000\$000), para a conclusão das obras do Leprosário Santo Ângelo.
Decreto 4.416 de 10/05/1928	Transfere para o corrente exercício o saldo do crédito 100:000\$000, aberto no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior pelo Decreto 4.260, de 7 de julho de 1927, e destinados às despesas as Prefeitura Sanitária de Guarujá.
Decreto 4.447 de 22/08/1928	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados na forma da lei, os terrenos necessários à captação e adução das águas do Rio Turvo, destinadas ao abastecimento da cidade de Ourinhos.

Decreto 4.450 de 30/08/1928	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 300:000\$000, para a instalação do Leprosário de Santo Ângelo.
Decreto 4.451 de 30/08/1928	Transfere para o corrente exercício o saldo de 44:400\$000, do crédito aberto pelo decreto 4.254 de 30/06/1927, destinado a despesas da Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão.
Decreto 4.461 de 20/09/1928	Aprova as cláusulas para o contrato celebrado com a “Companhia Hydro-Elétrica de Adubos Químicos e Alkalis”, em execução da lei 2.240, de 23 de dezembro de 1927.
Decreto 4.506 de 12/12/1928	Autoriza a São Paulo “Railway Company Limited”, a cobrar taxas de desinfecção, nas linhas de concessão estadual.
Decreto 4.512 de 26/12/1928	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos necessários à construção do emissário de esgotos da vertente do Rio Pinheiros.
Lei 2.361 de 04/01/1929	Modifica a lei 2.197 de 12/12/1927, que dispõe sobre o comércio de adubos e preparados químicos com aplicação na agricultura ou na pecuária.
Lei 2.362 de 14/01/1929	Dá organização às Prefeituras Sanitárias de Campos do Jordão e Guarujá.
Lei 2.398 de 27/12/1929	Dispõe sobre os orçamentos das Prefeituras Sanitárias de Guarujá e Campos do Jordão.
Lei 2.400 de 27/12/1929	Estabelece medidas de caráter financeiro e dá outras providências.
Lei 2.401 de 31/12/1929	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício financeiro de 1930.
Lei 2.416 de 31/12/1929	Altera disposições das leis 2.121 de 30/12/1926 e do Decreto 3.876 de 1925 relativamente a profilaxia da lepra.
Lei 2.417 de 31/12/1929	Regula a matança de gado no território do Estado.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Lei 2.420 de 31/12/1929	Dispõe sobre a fiscalização de gêneros alimentícios.
Em 08/07/1929	O Congresso Legislativo do Estado de São Paulo reunido em sessão Constituinte, decreta a Constituição Política do Estado de São Paulo.
Decreto 4.528 de 16/01/1929	Aprova o regulamento da Lei 2.882, de 1º de outubro de 1928 que estabelece medidas profiláticas com relação ao embarque de café, nos municípios infectados pela praga cafeeira.
Decreto 4.546 de 31/01/1929	Fica aberto no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de 500:000\$000 destinados às despesas do Manicômio Judiciário do Estado.
Decreto 4.548 de 07/02/1929	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito especial da importância de 30.000:000\$000 para ocorrer ao pagamento das despesas com as obras complementares do serviço de águas e esgotos da Capital.
Decreto 4.554-A de 21/02/1929	Dá regulamento à Faculdade de Medicina de São Paulo, criada pela Lei 19, de 24 de novembro de 1891, estabelecida pela lei 1.357, de 19 de dezembro de 1912, reconhecida oficialmente pela lei federal 4.615, de 7 de dezembro de 1922, modificada pelas leis n.ºs. 2.016, de 26 de dezembro de 1924 e 2.128, de 31 de dezembro de 1925, reger-se-à pela lei 2.335, de 31 de dezembro de 1928 e por este regulamentado.
Decreto 4.557 de 20/02/1929	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de rs. 200:000\$000, suplementar à verba contida no parágrafo 20, do artigo 2º da lei do orçamento passado, sob a rubrica “Socorros Públicos”.
Decreto 4.562 de 27/02/1929	Manda observar as tabelas provisórias organizadas para o pagamento do aumento de vencimentos do professorado e do funcionalismo público do Estado e altera o horário de expediente nas repartições públicas. Cita o Centro de Saúde Modelo e Centro Distritais do Braz e Bom Retiro.

Decreto 4.569 de 07/03/1929	Transfere para o corrente exercício o saldo de 106:017\$618, dos créditos abertos pelos decretos 4.403 e 4.450 de 12/04 e 30/08 do ano passado, destinados à conclusão das obras do Leprosário de Santo Ângelo.
Decreto 4.580 de 04/04/1929	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito de rs. 1.000:000\$000, suplementar à verba consignada no parágrafo 19º, do artigo 2º da lei do orçamento vigente, sob a rubrica “Socorros Públicos”.
Decreto 4.588 de 29/04/1929	Suspende os efeitos da Lei 1.472 de 30/10/1915, que concedeu regalias à Escola de Farmácia e Odontologia, de Pindamonhangaba, e leis posteriores relativas ao ensino da mesma.
Decreto 4.596 de 17/05/1929	Declara a cargo do Estado e subordinados à Repartição de Águas e Esgotos da Capital, os serviços de águas e esgotos da cidades de Guarulhos e Santo Amaro.
Decreto 4.615 de 11/07/1929	Abre, no Tesouro do Estado, à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito especial de 50:000\$000, como auxílio para a fundação do Instituto Profissional dos Cegos, denominado “Instituto Padre Chico”.
Decreto 4.639 de 02/10/1929	Aprova o Regulamento para a Escola de Medicina Veterinária de São Paulo.
Decreto 4.641 de 03/10/1929	Regulamenta a lei 2.362 de 14/01/1929, que deu organização às Prefeituras Sanitárias de Campos do Jordão e Guarujá.
Decreto 4.675 de 13/12/1929	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito especial da importância de 15.000:000\$000, para ocorrer ao pagamento das despesas com as obras complementares do serviço de águas e esgotos da Capital.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 4.691 de 29/01/1930	Declara de utilidade pública, para ser desapropriada pelo Estado, uma faixa de terreno necessária ao assentamento de um tronco distribuidor de água.
Decreto 4.699 de 19/02/1930	Transfere para o corrente exercício os saldos de diversos créditos especiais, abertos para a Secretaria da Viação e Obras Públicas.
Decreto 4.704 de 20/02/1930	Ficam transferidos para o corrente exercício, os saldos verificados nos créditos abertos pelos decretos 4.546 e 4.569 de 31/01 e 07/03 de 1929, nas importâncias de 25:184\$275 e 56:905\$518, destinados, respectivamente, às obras do Manicômio Judiciário e ao Leprosário de Santo Ângelo.
Decreto 4.709 de 12/03/1930	Confirma o acordo celebrado entre o Governo do Estado e a empresa “The São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited” em 05/11/1928 e aprova o novo projeto de represamento dos rios Taiassupeba-Assu, Taiassupeba-Mirim, Jundiaí, Beritiba e Ribeirão Grande ou Itapanhaú.
Decreto 4.713 de 02/04/1930	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial da importância de 15.000:00\$000, para ocorrer o pagamento das despesas com as obras complementares do serviço de águas e esgotos da Capital.
Decreto 4.739 de 04/07/1930	Transfere para o corrente exercício saldo do crédito especial aberto pelo Decreto 4.232, de 20/05/1927 destinado a ocorrer ao pagamento do auxílio às vítimas da catástrofe do Itambé e a reconstrução dos edifícios públicos e dos templos da mesma localidade.
Decreto 4.750-A de 27/08/1930	Extingue na Secretaria da Viação e Obras Públicas, a Comissão de Saneamento da Capital, criada pelo Decreto 4.291, de 20 de outubro de 1927.

Decreto 4.754 de 03/09/1930	Revoga o artigo 3º do decreto 4.596, de 17 de maio de 1929 que declara a cargo do Estado e subordinado à Repartição de Águas e Esgotos da Capital, os serviço de águas e esgotos das Cidades de Guarulhos e Santo Amaro.
Decreto 4.795 de 17/12/1930	Reorganiza a Diretoria Geral da Instituição Pública, não trouxe modificações para as atividades do Serviço Médico Escolar.
Decreto 4.798 de 19/12/1930	Estabelece medidas de economia e dá outras providências.
Decreto 4.802 de 24/12/1930	Cria a Assistência Geral a Psicopatas, e dá outras providências.
Decreto 4.806 de 31/12/1930	Orça a receita do Estado de São Paulo para o exercício de 1931.
Decreto 4.809 de 31/12/1930	Modifica a organização do Serviço Sanitário do Estado.
Decreto 4.814 de 05/01/1931	Desapropria, por utilidade pública, as máquinas, acessórios e seus pertences, existentes nas oficinas de composição e impressão do jornal “Correio Paulistano”, que se editava nesta Capital e, desde já se incorporam às oficinas do “Diário Oficial do Estado”.
Decreto 4.816 de 07/01/1931	Cria a Imprensa Oficial do Estado e dá outras providências.
Decreto 4.825 de 09/01/1931	Modifica o quadro do pessoal da Repartição de Águas e Esgotos da Capital e Repartição de Saneamento de Santos e dá outras providências.
Decreto 4.826 de 09/01/1931	Declara de utilidade pública para ser desapropriado pelo Estado, o terreno necessário para a passagem de uma derivação da segunda linha de canalização da adutora do Cotia, em Vila Cerqueira César.
Decreto 4.832 de 13/01/1931	Dispõe sobre o ensino de farmácia, odontologia e obstetrícia.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 4.835 de 19/01/1931	Modifica a organização da Diretoria Geral de Indústria Animal da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.
Decreto 4.844 de 21/01/1931	Mantém a Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão, extingue a do Guarujá e dá outras providências.
Decreto 4.849 de 22/01/1931	Estabelece a participação dos municípios nas despesas com o serviço policial e de assistência sanitária.
Decreto 4.860 de 28/01/1931	Fixa a Despesa do Estado de São Paulo para o exercício de 1931.
Decreto 4.862 de 31/01/1931	Modifica o quadro do pessoal do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal.
Decreto 4.866 de 06/02/1931	Torna extensivo o decreto 4.852, de 27 de janeiro de 1931, aos professores que lecionarem em quartéis e estiverem à disposição de Serviço Sanitário do Estado, como educadores sanitários.
Decreto 4.891 de 13/02/1931	Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado.
Decreto 4.895 de 18/02/1931	Cria na Diretoria de Indústria Animal mais uma secção com a denominação de “Fiscalização de Carnes” e dá outras providências.
Decreto 4.808 de 20/02/1931	Institui um prêmio de 3:000\$000 aos construtores de estufas para a preparação do fumo em folhas.
Decreto 4.900 de 20/02/1931	Institui no Departamento do Trabalho Industrial, Comercial e Doméstico, o serviço de inspeção médica de operários e empregados.
Decreto 4.914 de 27/02/1931	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial da importância de 10.000:000\$000, por conta do saldo empréstimo a que se refere a lei 2.274 de 13/08/1928, para ocorrer as despesas com as obras novas do saneamento da Capital.

Decreto 4.915 de 28/02/1931	Transfere da Prefeitura da Capital para o Serviço Sanitário do Estado os serviços de fiscalização do comércio do leite, carnes e pescados.
Decreto 4.917 de 03/03/1931	Transforma a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior em Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública e dá outras providências.
Decreto 4.924 de 07/03/1931	Abre à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito especial de 200:000\$000, para construção de casas ao abrigo dos leprosos.
Decreto 4.926 de 10/03/1931	Dispõe sobre serviços da Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública.
Decreto 4.955 de 01/04/1931	Reorganiza o Instituto de Higiene de São Paulo, oficializada pela Lei 2.018, de 26/12/1924.
Decreto 4.924 de 07/03/1931	Abre à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comercio, em crédito especial de 200:000\$000, para construção de casas destinadas ao abrigo dos leprosos.
Decreto 4.934 de 18/03/1931	Reorganizava a Escola de Medicina Veterinária de São Paulo de conformidade com o artigo 11, parágrafo 1º do Decreto federal 19.389, de 11 de novembro de 1930.
Decreto 4.941 de 21/03/1931	Reorganiza o Instituto Butantan subordinado à Secretaria da Educação e da Saúde Pública.
Decreto 4.942 de 23/03/1931	Modifica a Lei 1521, de 26 de dezembro de 1916, sobre concessão de licença aos empregados públicos.
Decreto 4.955 de 1º/04/1931	Reorganiza o Instituto de Higiene de São Paulo.
Decreto 4.956 de 1º/04/1931	Reconhece os diplomas expedidos pela Escola de Obstetrícia e Enfermagem Especializada de São Paulo.
Decreto 4.957 de 31/03/1931	Retifica o Decreto 4.917, de 03/03/1931 e dá outras providências.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 4.958 de 06/04/1931	Providencia sobre a execução do serviço de fiscalização de carnes destinados ao consumo da Capital, de que trata o Decreto 4.895, de 18/02/1931 que dispõe sobre a criação na Diretoria de Indústria Animal mais uma seção com a denominação de “Fiscalização de Carnes”.
Decreto 4.966 de 13/04/1931	Regulamenta o Departamento da Saúde Pública e dá outras providências.
Decreto 4.967 de 13/04/1931	Dispõe sobre o serviço de verificação de óbitos, de conformidade com o Decreto federal 19.398, de 11 de novembro de 1930.
Decreto 4.975 de 17/04/1931	Transfere da Secretaria da Viação de Obras Públicas para a da Educação e da Saúde Pública parte da verba consignada no nº 28 do parágrafo 3º do artigo 6º do decreto 4.860, de 28 de janeiro de 1931, para continuação das obras da Escola Profissional Feminina da Capital.
Decreto 4.979 de 18/04/1931	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública um crédito extraordinário de mil contos de réis (1.000:000\$000) destinado a atender aos serviços com profilaxia da tuberculose.
Decreto 4.997 de 27/04/1931	Suprime diversos cargos no Serviço Sanitário do Estado.
Decreto 4.998 de 27/04/1931	Dá regulamento ao decreto 4.941, de 21 de março último, que reorganizam o Instituto Butantan
Decreto 5.001 de 28/04/1931	Dispõe sobre o comércio de inseticidas, fungicidas, parasiticidas com aplicação na agricultura, muricidas, soros e vacinas, bem como produtos terapêuticos destinados à veterinária.
Decreto 5.002 de 02/05/1931	Cria o instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal a seção de Vigilância Sanitária Vegetal e dá outras providências.

Decreto 5.004 de 05/05/1931	Autoriza contrato de pessoal de laboratório e ferraria na Escola de Medicina Veterinária.
Decreto 5.011 de 08/05/1931	Suprime o cargo de inspetor auxiliar da Inspetoria de profilaxia da Lepra.
Decreto 5.022 de 14/05/1931	Funcionará na Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina, sob a direção do respectivo professor, e sem ônus para o Estado, a Escola de Obstetrícia e de Enfermagem Especializada de São Paulo, reconhecida pelo decreto 4.956, de 1º de abril do corrente ano.
Decreto 5.027 de 16/05/1931	Modifica a lei 2.416, de 31 de dezembro de 1929, que regulamentam a profilaxia da lepra, no Estado, e dá outras providências.
Decreto 5.032 de 20/05/1931	Regula a produção, o consumo e a fiscalização do leite e produtos derivados, no território do Estado, de conformidade com o artigo 11, parágrafo 1º do Decreto Federal 19.398, de 11 de novembro de 1930.
Decreto 5.048 de 01/06/1931	Dispõe sobre os serviços de águas e esgotos nas cidades de Guarulhos e Santo Amaro, modificando, em parte a Lei 2.331, de 27 de dezembro de 1928 e dá outras providências.
Decreto 5.058 de 06/06/1931	Cria oito lugares de visitadores de saúde pública e dá outras providências,
Decreto 5.060 de 11/06/1931	Autoriza o governo a contratar profissionais médicos para dirigir serviços técnicos no Departamento de Saúde Pública e abre crédito necessário.
Decreto 5.066 de 13/06/1931	Aprova o Regulamento da Escola de Medicina Veterinária de São Paulo.
Decreto 5.078 de 25/06/1931	Autoriza um convenio entre a Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública e os Sanatórios de Campos do Jordão.
Decreto 5.094 de 02/07/1931	Subordina os “Serviços Públicos do Guarujá” à Repartição de Saneamento de Santos.

A SAÚDE NA COLEÇÃO DE LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (1911-1931)

Decreto 5.105 de 14/07/1931	Orça a receita e fixa a despesa para o segundo semestre de 1931.
Decreto 5.110 de 15/07/1931	Ficam extensivas aos oficiais e praças da Força Pública do Estado as disposições do artigo 1º da Lei 1.640, de 31/12/1918, que mandou acrescentar um ano de serviço na contagem de tempo de aposentadoria a determinados funcionários que exerceram seus cargos durante o período de epidemia da gripe que assolou o Estado naquele ano.
Decreto 5.149 de 03/08/1931	Suprime os Departamentos da Educação e da Saúde Pública e dá outras providências.
Decreto 5.171 de 24/08/1931	Suspende a concessão de licenças para tratamento de saúde do funcionário, empregado ou pessoas de sua família e dá outras providências.
Decreto 5.172 de 24/08/1931	Cria, no Serviço Sanitário, o Serviço de Enfermagem de Saúde Pública.
Decreto 5.181 de 27/08/1931	Estende aos médicos e delegados da polícia, os favores concedidos pelos artigos 1º da lei 1.640, de 31/12/1918 e 4º e 5º do Decreto 4.966, de 13/04/1931.
Decreto 5.187 de 01/09/1931	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública, um crédito especial de Réis 1.953:367\$242, para pagamento das despesas efetivadas com as obras e instalação da Faculdade de Medicina.
Decreto 5.194 de 14/09/1931	Subordina a Escola de Medicina Veterinária à Diretoria de Indústria Animal da Secretaria dos Negócios Agricultura, Indústria e Comércio.
Decreto 5.223 de 08/10/1931	Regula o uso de automóveis e telefones oficiais.
Decreto 5.259 de 12/11/1931	Abre à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um crédito especial no valor de 144:000\$000 – destinado ao pagamento de trinta mil quilos de arseniato de chumbo, em pó, a ser adquirido pelo Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, da mesma Secretaria, no corrente ano.

Decreto 5.263 de 12/11/1931	Prorroga os prazos para início e terminação das obras de canalização dos rios Grande, Guarapiranga e Pinheiros.
Decreto 5.275 de 03/12/1931	Dispõe sobre os Serviços de Leite e Laticínios e Carnes e Pescados.
Decreto 5.276 de 03/12/1931	Extingue a Seção do Serviço de Enfermagem de Saúde Pública e dá outras providências.
Decreto 5.280 de 08/12/1931	Estabelece regalias para os oficiais e praças da Força Pública relativamente à licença concedida nos termos do artigo 11 da Lei 1.521, de 26 de dezembro de 1916 não lhes acarretando desconto algum em seus vencimentos, até seis meses, e que nenhum prejuízo deverão sofrer os que em ato de serviço público, contraírem moléstias.
Decreto 5.284 de 09/12/1931	Cria anexo a cada um dos asilos “Padre Bento”, e “Colônia de Piratingui”, um pavilhão destinado à internação dos detentos morféticos.
Decreto 5.307 de 26/12/1931	Orça a receita do Estado de São Paulo, para o exercício de 1932.
Decreto 5.308 de 26/12/1931	Declara de utilidade pública, afim de ser desapropriada pelo Estado uma faixa de terra situada no bairro de Votorantim, Município de Cotia, Comarca da Capital, necessária aos serviços da linha adutora de abastecimento de água.
Decreto 5.314 de 26/12/1931	Cria dois Postos de emergência para o abrigo de alienados, dá outras providências.
Decreto 5.328-A de 31/12/1931	Transfere da Prefeitura do Município de Santos para o Serviço Sanitário do estado o serviço de fiscalização sanitária do comércio de leite, de conformidade com o artigo 1º do Decreto 5.032, de 20 de maio de 1931.